

**O IMPACTO ECONÔMICO DOS REAJUSTES SALARIAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS APROVADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA NO BRASIL**

Ogliari, Luan Julio<sup>1</sup>

SILVEIRA, Ruan Pablo da Rosa da<sup>2</sup>

WEBER, Marcelo Ricardo<sup>3</sup>

Resumo

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou um pacote de reajustes salariais e reestruturação de carreiras de servidores públicos federais que deve gerar impacto fiscal adicional estimado em bilhões de reais ao orçamento federal. Entre as medidas estão aumentos de remuneração, criação de novas gratificações e mudanças que podem resultar em pagamentos acima do teto constitucional para parte dos servidores, com impacto direto nas despesas públicas e pressão sobre a necessidade de receitas tributárias maiores. O presente trabalho analisa os dados de impacto orçamentário, as possíveis consequências sobre a carga tributária e os efeitos sistêmicos na economia brasileira, relacionando com a teoria tributária e os princípios constitucionais que regem o sistema fiscal.

Palavras-chave: Impacto fiscal; Reajustes salariais; Impostos; Finanças públicas; Sistema tributário.

## 1. Introdução

Em fevereiro de 2026, a Câmara dos Deputados aprovou projeto que reajusta salários de servidores públicos e modifica planos de carreira no âmbito federal, incluindo segmentos do próprio Legislativo e do Executivo federal. O conjunto de medidas tem impacto fiscal estimado em cerca de R\$ 1 bilhão apenas para essa reestruturação específica e consumirá recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, de aproximadamente R\$ 5,3 bilhões adicionais ao regime fiscal federal. (CORREIO BRAZILIENSE, 2026).

Esse cenário fiscal deve ser analisado à luz das necessidades de equilíbrio das contas públicas e das interdependências com o financiamento via tributação federal, considerando que despesas crescentes sem correspondentes aumentos de receita implicam pressão sobre a arrecadação e, em última instância, sobre os impostos pagos pela sociedade.

## 2. Desenvolvimento

### 2.1 O Pacote de Reajustes: Características e Custos

A Câmara aprovou um conjunto de propostas que reajustam salários e reorganizam carreiras do serviço público federal, incluindo funcionários da própria Câmara e do Senado, com possibilidade de remunerações que

ultrapassam o teto constitucional (limitado ao subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal). (CORREIO BRAZILIENSE, 2026).

Segundo levantamento recente, as medidas devem consumir cerca de R\$ 5,3 bilhões do regime fiscal em 2026, valor que já constava na LOA, e somado a outros reajustes pode chegar a impactos totais na casa de bilhões de reais nos próximos exercícios. (PODER360, 2026)

Esse aumento não se limita a simples reajustes inflacionários: ele inclui novas gratificações, criação de benefícios e possibilidade de conversão de folgas em verba indenizatória, o que ameaça distorcer a estrutura remuneratória do setor público e aumentar a despesa obrigatória sem correspondentes contrapartidas. (PODER360, 2026).

## 2..2 Consequências para as Contas Públicas

O aumento das despesas com pessoal reduz a margem fiscal para investimentos em políticas essenciais (saúde, educação e infraestrutura). Do ponto de vista tributário, a necessidade de custeio desses gastos pode levar ao aumento de alíquotas de impostos (como IRPF e CSLL) ou à manutenção de uma carga tributária elevada sobre o consumo. Essa dinâmica tensiona o Princípio da Capacidade Contributiva (Art. 145, §1º da CF), uma vez que o sistema passa a exigir mais do contribuinte não para a melhoria de serviços públicos, mas para a manutenção da máquina administrativa.

## 3. Reflexos no Sistema Tributário e na Carga Fiscal

Quando o Estado amplia gastos permanentes sem elevação proporcional nas receitas, o governo enfrenta duas alternativas:

Aumentar tributos, elevando a carga tributária sobre indivíduos e empresas;

Realocar despesas, cortando investimentos ou benefícios sociais para liberar espaço orçamentário.

No Brasil, a necessidade de arrecadar maiores receitas pode levar, por exemplo, a ajustes em alíquotas de impostos como Imposto de Renda, Contribuições Sociais ou tributos sobre consumo e propriedade, ampliando o ônus tributário sobre setores produtivos e consumidores finais. A pressão por receitas maiores pode ainda afetar as perspectivas de reforma tributária estrutural.

Segundo dados do orçamento federal, recursos crescentes destinados a reajustes salariais limitam a margem de manobra fiscal e podem, em última instância, ser repassados aos cidadãos por meio de maiores tributos ou redução de benefícios fiscais já existentes.

#### 4. Considerações Finais

O pacote de reajustes salariais aprovado pela Câmara dos Deputados em 2026 apresenta um impacto orçamentário significativo, ao elevar despesas públicas sem a previsão explícita de receitas adicionais equivalentes. Esse cenário exerce pressão direta sobre as finanças públicas brasileiras e influencia a configuração do sistema tributário ao impor escolhas entre: aumento da arrecadação tributária, redução de gastos em outras áreas ou ampliação do endividamento público para cobrir os déficits.

A análise técnica evidencia que, sem ajustes estruturais e compatíveis com a realidade fiscal, essas medidas podem contribuir para o agravamento da carga tributária sobre os contribuintes, o que tem implicações diretas no Direito Tributário, especialmente quanto à capacidade contributiva, ao princípio da legalidade e à justiça fiscal. As decisões legislativas em torno de reajustes remuneratórios, portanto, não são apenas matéria de gestão de

pessoal público, mas questão central na sustentabilidade do pacto federativo e do sistema tributário brasileiro.

Fontes:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 145, §1º (Princípio da Capacidade Contributiva) e Art. 169 (Limites com Despesa de Pessoal).

BRASIL. Lei nº 15.367, de 30 de março de 2026. Dispõe sobre a reestruturação de carreiras da administração pública federal, criação de cargos e reajustes remuneratórios. Brasília: Diário Oficial da União, 31 mar. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 6170/25: Reestruturação do serviço público federal e impactos orçamentários. Brasília: Portal da Câmara, 2026.

Disponível em:  
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2592447>. Acesso em: 6 abr. 2026.

CORREIO BRAZILIENSE. Reajuste aprovado no Congresso abre brecha para supersalários e gratificações extrateto. Blog do Servidor, Brasília, 5 fev. 2026.

INFOMONEY / ESTADÃO CONTEÚDO. Governo estima impacto do reajuste a servidores do Executivo em R\$ 5,3 bilhões na LOA 2026. São Paulo, 5 fev. 2026.

PODER360. Câmara aprova pacote de reajustes para servidores federais; impacto fiscal é de R\$ 5,3 bi. Brasília, 4 fev. 2026.

SENADO NOTÍCIAS. Senado aprova reestruturação de carreiras federais com 13 mil novos cargos para educação. Brasília: Agência Senado, 10 mar. 2026.

E-mails - [luan.ogliari@unoesc.edu.br](mailto:luan.ogliari@unoesc.edu.br); [ruanpablo0211@gmail.com](mailto:ruanpablo0211@gmail.com)